



GUIA PARA O POLINÔMIO APOSTÓLICO DA CVX – DISCERNIR, ENVIAR, APOIAR E AVALIAR – DEAA

CER - Conselho Executivo Regional Bahia - 2012-2013

Antônio Carlos (Coordenador)

Zenilde (Secretária)

Luis Honorato (Vice-Coodenador)

Geraldo (Tesoureiro)



SUMÁRIO

Apresentação	3
O objeto do DEAA	3
As recomendações de Itaiaci e Nairóbi	3
Quem são os destinatários do DEAA e porque	3
Uma advertência	3
Discernir	4
O que é e o que não é discernir... também comunitariamente?	4
Condições pessoais para poder discernir	4
Condições comunitárias para poder discernir	4
Como se faz o discernimento comunitário: critérios método e plano	5
Critérios	5
Método	5
Plano	5
Enviar	9
Características do envio	9
Sempre é um envio laical	9
A pessoa deve ser enviada a partir das suas competências?	10
Como enviar? O rito do envio	10
Acompanhar	11
Quem acompanha: níveis de acompanhamento	11
Como se acompanha: métodos e ferramentas	11
No apoio pessoal: A informação e a comunicação	11
No apoio desde a comunidade de vida	12
No apoio desde a comunidade regional	12
No apoio desde o nível nacional	12
Avaliar	13
Passos da Avaliação	13
Primeiro passo: O Enviado.	13
Segundo passo: Agradecimento.	13
Terceiro passo: Confirmação.	14
Quarto passo: O que não foi bom.	14
Quinto Passo: Emenda e melhoramentos a introduzir.	14
Sexto Passo: Oração.	14
Modo de proceder	15



APRESENTAÇÃO

O OBJETO DO DEAA

Princípio Geral 8 afirma “Nossa vida é essencialmente apostólica”. PG 8 todo ele dedicado a descrever o aspecto apostólico de um membro da CVX. O PG 8 formula este aspecto expressamente, mas na realidade todos eles e as Normas Gerais também têm como horizonte o seguimento mais próximo de Jesus Cristo, trabalhando com Ele na construção do Reinado. É exatamente disto que se trata: De buscar e encontrar a maneira e os meios com que Deus quer que melhor lhe sirvamos. Estar ali no lugar onde Deus nos chama e onde Ele nos quer. Esta é uma busca que algumas vezes será a de toda comunidade quando elabora o seu Plano Apostólico Comunitário e Individual.

DEAA trabalha sobre os meios e não sobre os fins; não se discerne se são bons, ou se haveremos de servir, mas o COMO. É claro, pois, que o DEAA tem por objeto a concretização da dimensão apostólica de um membro CVX: o que, como, onde, a quem... será a minha missão, apostolado ou serviço, são essas palavras diferentes para expressar uma mesma realidade.

AS RECOMENDAÇÕES DE ITAICI E NAIRÓBI

Nairóbi nos deixou uma recomendação muito clara: **COMPARTILHEM A RESPONSABILIDADE DA MISSÃO**. Já antes, em Itaici, no Carisma CVX, temos registrada esta luminosa mensagem: “Não só é comunidade de apóstolos, formada por pessoas mais ou menos comprometidas em sua própria missão individual, mas também comunidade apostólica na qual seus integrantes, ainda que se dediquem a tarefas distintas, partilham sua vida e modo de levar adiante a própria missão, discernem o objeto e conteúdo dessa missão, são enviados pela Comunidade, e nela tomam consciência e avaliam seu seguimento de Jesus Cristo, o Enviado do Pai” (O Carisma CVX 132). E no número 98: “Porém para que essa atuação, ao serviço dos demais, seja missão, é necessário que a comunidade assuma os chamados, ajude a discernir, e em definitivo, envie a cada qual em missão”. Neste tópico somente faltou se dizer que a avaliação se faz dentro do esquema do DEAA.

Tanto o Carisma CVX, quanto Nairóbi nos recomendam que a dimensão apostólica, própria do Carisma CVX, deve ser compartilhada com os outros. Ela não contempla a figura do franco atirador ou do individualista que, confiante nas suas próprias forças, faz tudo ao seu modo e maneira, diferentemente do como age o membro da CVX que diante da complexidade da missão, a compartilha em comunidade, busca nela ajuda para discerni-la, aceita a sua mediação para ser enviado, se sente acompanhado por ela e com ela faz a avaliação da missão. A aplicação do DEAA ajudar transformar uma comunidade de apóstolos em um corpo apostólico (Projetos 120).

QUEM SÃO OS DESTINATÁRIOS DO DEAA E PORQUE

O destinatário é todo aquele que faz parte da CVX, de maneira que desde o primeiro momento já vá se familiarizando com o DEAA. Isto apesar de que sabemos que ele é especialmente indicado para aqueles membros da CVX que formalizaram o compromisso permanente e já experimentou uma das formas completas dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio. Sua missão há de passar, pois, pela mediação desse corpo, dessa comunidade que não se coloca de fora, extrínseca, mas é parte dela. Esta é a razão fundamental do DEAA: a vinculação e pertença a este corpo apostólico.

UMA ADVERTÊNCIA

Uma advertência importante: “não se utilizam canhões para matar mosquitos”. O DEAA é um método sério que exige assuntos de importância. Podemos cair na tentação de banalizá-lo usando-o para tudo e em todo momento. Não devemos nos esquecer nunca de que o DEAA tem como objeto o discernimento apostólico que leva ao envio e que depois é acompanhado e oportunamente avaliado. Outros assuntos comunitários ou pessoais é preciso que sejam deixados na boa prática do sentido comum.



DISCERNIR

Somos convidados a viver o discernimento apostólico em comunidade, para reconhecer a vontade de Deus, reconhecer onde nos pede que sirva e colabore na missão de Jesus Cristo. Isto supõe viver pessoalmente o discernimento como atitude habitual (exame diário de consciência ou pausa diária). Supõe também permanecer disponível nas mãos do Senhor, com abertura aos sinais dos tempos e disposto a responder em forma competente e com atitude compassiva (Projetos 120).

O QUE É? E O QUE NÃO É DISCERNIR?

- É uma deliberação em comum, um intercâmbio espiritual, comunhão de espíritos... sobre os meios, nunca sobre os fins. Portanto, centrado no onde, como, quando e o quê...
- É um processo de busca para conhecer a origem das moções que experimenta a comunidade e orientar sua resposta diante de uma situação determinada. É um processo para perceber a presença ativa de Deus, tomar consciência do que se deve fazer e de como fazê-lo, (Jo 8,19).
- Não é uma dinâmica de grupo. Certamente que se devem empregar recursos técnico-pedagógicos, mas eles não são tudo.
- Não é uma tomada de decisão com inteligência e critérios “humanos”, mas sim a busca da vontade de Deus.
- Não é o “modo habitual de proceder” nem pessoal nem comunitariamente, mas sim o que se emprega para assuntos verdadeiramente importantes (como quer Deus ser servido).
- Não é um exame que se deva fazer com pressa ou precipitadamente, já que é tão importante o processo como é o resultado.
- Não é algo separado e distante da vida, nem algo só individual, nem é um cenário comunitário, social e histórico.
- Não deve estar dirigido a “bendizer” uma decisão já tomada: não é algo que obriga a fazer ou a deixar de fazer.
- Não é uma mecânica insuportável, rígida, imposta e fechada.

CONDIÇÕES PESSOAIS PARA PODER DISCERNIR

- Honestidade consigo mesmo e fidelidade e respeito ao Senhor, para não colocar na sua boca o que pode ser simples conjectura pessoal.
- Desapego e indiferença: uma pessoa curvada sobre si mesma ou com pré-julgamentos, paixões ou fobias, sensibilidades doentes e afeições desordenadas não é livre para discernir. Necessita-se, portanto, um desprendimento de apegos, discriminações e paixões. Desprender-se da auto-suficiência, da ânsia de impor e do temor de ser vencido.
- Capacidade de diálogo: liberdade de expressão e atitude receptiva de escuta.
- Conhecimento da Palavra e contato com a realidade: aberto ao mundo e a uma leitura crente e amante do mundo e da história. Disposição para a análise com sabedoria (orando e confiando).
- A certeza de que Deus me fala aqui e agora (fé).
- Confiança nos meus companheiros/as através dos quais Deus me ajudará a encontrar sua vontade.
- Atitude ativa, cooperadora (“como se tudo dependera de ti”).
- Não só a escuta das “razões” lógicas, mas também, sobretudo das moções.
- Reconhece o papel de autoridade das “instâncias superiores” (Princípios Gerais, documentos da CVX, Assembléias, comitês executivos, coordenadores regionais, comitês locais...) cujo papel de serviço é guiar o processo, confirmá-lo e, quando se trata de uma missão comunitária, determinar a execução concreta de como se fará e quem o fará.

CONDIÇÕES COMUNITÁRIAS PARA PODER DISCERNIR

- Um espaço mínimo de convivência, integração e diálogo (sabendo-se que o discernir em comunidade faz a comunidade). Encontros não só formais, mas também lúdicos, informais e sociais...
- Um mínimo de “sujeito apostólico”. De sentido de comunhão com a CVX, CVX Brasil e a CVX Mundial. De experiência CVX interna (*ad intra*), apostolado (*ad extra*), de profundo sentido de pertença e comunhão – vinculação, conhecimento e reconhecimento das orientações da CVX e de comunhão com elas.



- Uma comunidade aberta, descentrada, vivendo ao “modo apostólico” (ou ao menos com desejos de vivê-lo), atenta aos sinais dos tempos e aos clamores, que julga a realidade e a história desde os critérios do Evangelho.
- Com um forte desejo de entrar na vida de outros e uma decisão de que os outros entrem na minha própria vida.

COMO SE FAZ O DISCERNIMENTO COMUNITÁRIO: CRITÉRIOS MÉTODO E PLANO

CRITÉRIOS

- Contemplação: conhecimento interno da realidade a avaliar. Informação e leitura sapiencial (Nm 6, 25-26), (Sl. 80).
- Compaixão: para sentir com Jesus e como Jesus (Mt. 9, 36-ss), (Mt. 14, 14-ss). (Jo. 11, 31-ss), (Lc. 19, 41).
- Comunhão: com a Igreja, com o mundo e a história, integração na comunidade, gozo pela CVX, ...
- Competência: método, modo e ordem, com a cabeça e coração, com estudo e contemplação...

Um critério geral que deve guiar o processo de discernimento, que vá orientado evidentemente para a eleição é o que conhecemos como o Magis Inaciano: Mais universal, Mais duradouro, Mais necessário, Mais multiplicador, Mais humilde, Mais esquecido pelos outros.

Ter muito presentes as luzes que iluminam o nosso discernimento e nos definem como comunidade CVX: O Evangelho e a Palavra de Deus na Bíblia, Os Exercícios Espirituais (e outros documentos básicos da nossa espiritualidade). Documentos do Magistério da Igreja. - Princípios Gerais. Documentos das Assembléias CVX. Projetos Eclesiais: planos pastorais diocesanos, equipes diocesanas. Mapa Apostólico. Petições pessoais que podem fazer-nos pessoas encarregadas do governo da comunidade.

MÉTODO

Neste item se faz referência ao modo geral de proceder e o discernimento inaciano (EE 170-189) e as regras de discernimento (EE 313-336):

1. Três tempos de eleição dos Exercícios Espirituais.
2. Prós e contras, sempre sobre uma matéria concreta, clara e precisa:
 - Razões positivas para o sim
 - Razões negativas para o sim.
 - Razões positivas para o não.
 - Razões negativas para o não.
3. Perguntar-se pela sensibilidade e pela vontade de satisfazer-se. Há o desejo de satisfazer algum “apetite” ou de fugir de algo que não quero ou suporto?
4. Papel da Igreja. Ter presentes as “Regras para sentir com a Igreja” e, sobretudo animar nosso discernimento desde o sentido de pertença e serviço à Igreja, única comunidade dos crentes.
5. Depois da decisão, confirmá-la na oração e na vida: confirmação pessoal – interna – e confirmação externa – comunitária e eclesial. A confirmação externa, de natureza comunitária e, portanto eclesial, é necessária como acompanhamento exterior que clareia o objetivo.

PLANO

Trata-se aqui de uma dinâmica para o discernimento comunitário. O Plano consta de sete etapas que se detalham adiante.

PRIMEIRA ETAPA: ESCLARECER O PROBLEMA

O dinamismo do grupo e o seu contexto apostólico o levarão, sem dúvida, a colocar-se problemas que exijam um sério discernimento: “para servir melhor a esta Igreja local convém fazer... sim ou não? Convém que façamos uma equipe apostólica de... para responder melhor às interpelações que nos faz... sim, ou não?”

É importante:



1. Que seja colocado um problema que afeta a comunidade. Esse problema ou assunto deve ter nascido realmente da história do grupo ou comunidade, do ambiente em que ela vive e trabalha e deve interessar a todos.
2. Que exija o mais amplo consenso possível pela sua importância.
3. Que todos os participantes estejam de acordo em torno do objetivo fundamental.
4. Que haja, ao mesmo tempo, uma certa divergência quanto aos meios para conseguir tal objetivo e uma determinação comum de se encontrar juntos o caminho.
5. Que existe competência “jurídica” por parte da comunidade (que esteja no seu âmbito legal) e real, ou seja, que esteja preparada para realizar esse discernimento e tenha todos os elementos para alcançá-lo.
6. Que todos estejam decididos de antemão a colocar em ação a decisão final comunitária, custe o que custar.

É necessário que se exponha com grande clareza a alternativa que é submetida ao discernimento comunitário. Qualquer negligência neste ponto o custo será alto. Sem clareza na alternativa os tropeços do grupo serão frequentes e inevitáveis e se perderá no caminho sem chegar à meta. A forma de exposição da alternativa variará em cada caso (por escrito, informando aos grupos ou na assembléia....) mas deve se atentar para que todos tenham sido informados e sabem do que se refere.

SEGUNDA ETAPA: INFORMAÇÃO

Deve ser oferecida, caso se tenham, todos os elementos objetivos que possam trazer clareza às alternativas. Isto pode se fazer em comunidade e também completando-se depois os dados pessoalmente. Agora é tempo de “acumular evidências”, ou seja, apresentar a informação o mais objetiva, completa e imparcial que seja possível. Não se pode confundir informação com interpretação. Esta informação, caso seja necessário, pode ser pedida a especialistas, que não devem proporcionar respostas, senão simplesmente dados para entender e compreender melhor a alternativa proposta.

TERCEIRA ETAPA: REFLEXÃO ORANTE PESSOAL

Depois, num ambiente de reflexão de oração pessoal, cada um se esforça para formar uma convicção pessoal sobre o problema colocado sem influenciar a outros, mas também sem deixar-se influenciar por eles. Ninguém deve constituir-se em “paladino” da causa. Todos devem ser buscadores da vontade de Deus. Cada um deve deixar-se guiar pelo que experimenta pessoalmente, no seu mais profundo. Uma discussão que se tivesse antes de toda reflexão pessoal, correria o risco de nivelar ou de acentuar ainda mais as diferenças de opinião. O “não influenciar-se mutuamente” suprime a submissão de uns ao suprimir a dominação de outros, tanto mais perigosa, certamente, quando é exercida quase inconscientemente.

QUARTA ETAPA: COLOCAR EM COMUM

A) RAZÕES PRÓ E CONTRA

Neste primeiro tempo, cada participante apresenta o fruto da sua reflexão orante pessoal. Todo debate fica de fora para não confundir o positivo com o negativo mas, sobretudo, para evitar reações apaixonadas no estudo com serenidade dos problemas. Os primeiros companheiros de Santo Inácio propunham um dia os prós e no dia seguinte os contras. Certo espaço de tempo entre uns e outros é muito conveniente. Assim, a discussão não terminava em debate, mas se concentrava mais na escuta ativa do outro e se viam todos os prós juntos e também, logo, os contras.

B) VALORIZAR OS ARGUMENTOS PRÓS E CONTRA

Uma vez que cada um haja exposto seus prós e contras, se dá a cada participante uma lista completa com todos os prós juntos e outra também com todos os contras colocados. É a hora de avaliá-los, tomar-lhes o peso para optar por aquela alternativa que alguém julga e experimenta como a melhor para traduzir aqui e agora o querer de Deus para o grupo. O importante não é o número de razões nem a retórica com a qual são expostas, mas a ponderação da mesma (seu peso).

Talvez seja útil realizar uma reunião ou mais para ponderar as razões mais determinantes e convidar a um ou vários participantes a justificar sua eleição, revelando, ademais, como se sentem ao optar (com tranquilidade, paz,



inquietação, desassossego...). Tudo isto deve ser feito em clima de sinceridade e humildade. Não se trata de impor, mas de expor. O importante não é vencer, mas encontrar juntos a vontade de Deus. No caso de bloqueio ou perturbação do grupo (equivalente a “desolação individual”), seja porque o grupo se feche e se desintegre numa discussão ou que os indivíduos se coloquem de lado. Deve se deter o processo e aprofundar pessoal e comunitariamente e verificar as disposições interiores com que estamos realizando o processo.

QUINTA ETAPA: SONDAÇÃO PRÉVIA

Uma vez expostas as razões a favor e contra, com simplicidade e objetividade, ponderadas com liberdade interior e sentido evangélico, pode ser útil uma sondagem prévia para ver para onde se inclina o grupo. Por outro lado, o discernimento é de natureza afetiva e não só intelectual. É um “sentir”, disse Inácio. Trata-se de valores, não de idéias. Reconhecemos a Deus presente na nossa busca e em nossa decisão por meio da paz e da força que nos invadem – como indivíduos e como comunidade – e por isto sabemos, outra vez, de uma forma indireta, que nossa busca e eleição são guiadas pelo Bom Espírito.

SEXTA ETAPA: A DECISÃO

No processo de deliberação em comum se começa sempre por saber qual é a vontade de Deus para nós nessas circunstâncias concretas e se termina, conhecendo-a, caso a tivermos decidido bem. O respeito pela decisão pode se dar nessas três hipóteses:

Primeira hipótese: Consenso explícito, unânime ou quase unânime.

Deve aspirar-se a ela sempre que seja possível. A unanimidade será sempre uma meta da comunidade, mas não a que consiste numa votação numérica, mas sim aquela que “enche de ânimo a todos”. O discernimento se efetua aqui e agora. Mesmo quando compromete toda a vida, deixa a possibilidade de novos discernimentos futuros, porque novos acontecimentos devem ser reconhecidos como novas palavras de Deus ao indivíduo ou à comunidade. A maior glória de Deus pode estar em tal ação hoje, e em outra no futuro.

E quando persiste a minoria? O fruto da deliberação deve levar em consideração:

- que esta minoria não permaneça fechada e apaixonadamente aferrada à sua maneira de ver as coisas;
- deve ter a segurança de que foi escutada e compreendida;
- que continua integrada ao grupo. Que o grupo não somente não a rechaça, mas que também a estima como fermento para novos progressos;
- que para seu dinamismo “não conformista” e, portanto, animada para avanços posteriores, se conserva viva e para o bem do grupo.

Segunda hipótese: secreto ou não

Não é certamente o desejável. Um voto pode endurecer as posições o que iria contra o espírito mesmo de uma verdadeira deliberação. Se existe, de antemão, este compromisso prévio de aceitar a conclusão como vontade de Deus para toda a comunidade, a decisão não deve criar nenhum problema. Sempre há que se tomar cuidado: uma coisa é a “intriga palaciana” e outra, muito distinta, o voto responsável e maduro, feito em consciência, em um grande clima de liberdade interior.

Terceira hipótese: Recurso ao “superior”: Assistente, Comitê local, CER, CEN, ExCo...

Não é também o ideal. O grupo não deveria evadir-se da sua responsabilidade durante todo o processo (e a decisão é também uma parte dele). Mas pode suceder do grupo, enquanto tal, julgue razoavelmente:

- que o superior está sensibilizado suficientemente aos movimentos da sua vida interna;
- que entram em jogo elementos de “foro íntimo”, cujo sigilo o grupo sente que deve respeitar;
- que já está provada a sua prudência espiritual e a sua capacidade para deixar coesa e dinamizar a comunidade.

SÉTIMA ETAPA: CONFIRMAÇÃO

O processo não termina com a opção da eleição a que se chegou o grupo ou comunidade, quem sabe longa e penosamente. A opção é “condicionada”, ou seja, precisa ser confirmada:



INTERNAMENTE na paz de ânimo de cada um e de toda a comunidade. Santo Inácio usa constantemente expressões como estas: contente, paz, quietude, tranqüilidade.... Trata-se de um aumento da esperança, da fé e da caridade (EE 316), purificando a qualidade da sua vida apostólica e integrando a decisão tomada por parte de cada um. Essa decisão está de acordo com a história da comunidade e com seus projetos. Todos sentem fortalecida sua coesão e sua unidade... O grupo deve reconhecer que aquela é a vontade de Deus para a comunidade aqui e agora.

EXTERNAMENTE a eleição da comunidade se converte em “decisão” quando tiver sido confirmada pela autoridade legítima – o coordenador local, o comitê local, o assessor, a equipe de assistentes... – que deve, ela também, colocar-se no nível de obediência ao Espírito.



ENVIAR

é encomendar comunitariamente uma missão. A missão, que é de Cristo, é assumida por toda a comunidade, que envia uma ou várias pessoas para fazê-la concretamente. A missão pode ser – na sua execução – pessoal, grupal ou comunitária, mas sempre é uma missão assumida como própria da comunidade que a terá discernido e referendado, a acompanha e avalia como própria em momentos posteriores.

Ser enviado é receber formalmente o encargo da comunidade para realizar uma missão, seja esta pessoal, grupal ou comunitária. Quem envia é a comunidade, que assume a missão, mesmo que esta se refira a trabalhos em campos bem pessoais. Evidentemente, o envio se faz mais palpável nas missões comunitárias, mas elas não devem ser consideradas de mais qualidade, ou “*mais comunitárias*” que as missões pessoais de cada membro, sempre que essas sejam resultado de um processo de discernimento e envio.

Enviar é, portanto um ato da comunidade que à luz das prioridades apostólicas que emanam das distintas assembléias e depois de uma deliberação comunitária, remete seus membros segundo seus carismas e inclinações para servir na construção do Reino.

Ser enviado é também experimentar a disponibilidade vivida nos Exercícios Espirituais para servir o Senhor ali onde Ele queira; depositando a confiança em nossas assembléias de onde emanam as prioridades apostólicas antes mencionadas e em nossos companheiros de governo, eleitos e enviados, para levá-las a cabo.

CARACTERÍSTICAS DO ENVIO

O envio qualifica, e dá qualidade á vida que deve ser re-ordenada para torná-lo possível. O envio pode ser feito a uma pessoa ou a um grupo ou comunidade, em função das características da missão recebida. Esta missão que é recebida em palavras será concretizada através do rito de envio – dimensão sacramental do mesmo – e formalizada por escrito. Esta formalização nos fará conscientes de onde está cada um e que meios tem para realizar a tarefa encomendada. Por sua vez, a formalização do envio é uma ferramenta para poder realizar as duas vertentes seguintes do processo DEAA: apoiar e avaliar.

O envio recebido em comunidade, especialmente se é em grupo, deverá ser comunicado às demais partes do nosso Corpo Apostólico, ou seja, às Regionais, comitês, coordenadores, comissões, equipes apostólicas,... de maneira que se tenha presente a articulação dentro dele. Desta maneira, a pessoa se põe à disposição dos que tenham sido escolhidos para liderar e governar nossas comunidades; e por sua vez, solicita seu apoio real e efetivo – com os meios que sejam precisos – para levar a cabo a missão a qual lhes enviamos.

SEMPRE É UM ENVIO LAICAL

As condicionantes que se atribuem ao leigo (por ex. família, profissão...) não são obstáculos, mas sim os meios reais e efetivos onde irá realizar sua missão. Assim, a família, o trabalho, a profissão, as estruturas seculares... não são limitantes apostólicas, pois que o mundo é precisamente o campo de missão do membro CVX.

“Aos leigos pertence, por sua própria vocação, buscar o Reino de Deus tratando e ordenando, segundo Deus, os assuntos temporais. Vivem no mundo e em todas e cada uma das atividades e profissões, assim como nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais está envolvida a sua existência. Ali estão chamados por Deus a cumprir sua própria obrigação”...
(Lumen Gentium)

Deve haver, pois uma disponibilidade ou fidelidade básica e fundamental às exigências do próprio estado laical. Uma comunidade leiga quando envia deve ter muito presente este princípio: a fidelidade ao próprio estado. O envio não deve nunca menosprezar ou deixar de atender às exigências próprias deste estado. Tudo o mais, caso o haja, deve estar regulado pela regra do tanto quanto... e que sirva de ajuda sempre o próprio estado laical ao enviado na missão.



A PESSOA DEVE SER ENVIADA A PARTIR DAS SUAS COMPETÊNCIAS?

Certamente que para Inácio é importante ter em conta a condição e natureza da pessoa para se saber se ela corresponde ao que se pede nesta ou naquela missão. Entende-se por competências as qualidades naturais da pessoa: sua experiência, suas capacidades, seus gostos, suas possibilidades, que afinal são todos eles expressões da bondade de Deus.

E também suas moções, ou seja, os movimentos interiores da pessoa na sua relação com Deus. Inclinações que terão de passar pelo crivo da oração, pelo discernimento diário (exame de consciência) e o acompanhamento para serem percebidas como chamadas de Deus, evidentemente, deixando sempre aberta a porta através da qual Deus pode nos surpreender.

Tudo isto supõe um coração ordenado, indiferente, livre de todo afeto desordenado, um coração habitado por um grande desejo: *“somente desejando e elegendo o que mais conduz para o fim para o qual somos criados”*. (EE23)

COMO ENVIAR? O RITO DO ENVIO

A CVX, como comunidade receptora de um carisma específico, o Carisma Inaciano, a serviço da missão da Igreja, expressa o envio à missão dos seus membros através de formas concretas e como fruto do discernimento apostólico comunitário. Nem sempre resulta como algo fácil escolher o modo mais adequado para *“enviar em missão”* mas, os que têm optado em plenitude pelo Carisma Inaciano são antes de tudo apóstolos em missão da Igreja e têm direito de saber-se enviados pela comunidade na qual compartilham a sua vocação específica. A Comunidade envia explicitamente e ao mesmo tempo acompanha, tanto o discernimento apostólico, como também o desenvolvimento mesmo da missão (Carisma CVX 96).

A comunidade local que concretamente é expressão da CVX Mundial, reunida normalmente ao redor da mesa do Senhor – Eucaristia, origem e centro da vida comunitária – formaliza o envio por meio dos que têm a autoridade e que são os que tornam explícito o envio em nome dela.

O envio deve ser um rito simples, mas solene, sério e também festivo, expressão da missão de toda a comunidade que envia a pessoa ou pessoas que a levarão a cabo. Pode ser acompanhado de algum símbolo que expresse o sentido verdadeiro que se deve ter, e que também seja uma ajuda simbólica plástica para a pessoa enviada e para toda a comunidade.



ACOMPANHAR

é fundamental para o desenvolvimento do Corpo Apostólico. Porque nem sempre estamos discernindo e enviando, mas sempre estamos ajudando. Por isto, reconhecemos a necessidade de caminhar juntos, apoiando-nos uns aos outros em nossas debilidades e aproveitando as fortalezas dos demais. Reconhecemos nossa total dependência de Deus e nossa necessidade pessoal e comunitária de conversão contínua no Senhor (Projetos 125). Acompanhar é, portanto, para um membro CVX, a referencia do Corpo Apostólico, esteja onde estiver e que reflète e se fundamenta na união de corações em torno de Cristo e da Sua missão. Ser acompanhado, deixar-se acompanhar, é buscar os apoios necessários para ser fiel à missão discernida e recebida no seio da comunidade, como membros do Corpo Apostólico.

QUEM ACOMPANHA: NÍVEIS DE ACOMPANHAMENTO

Para as ações derivadas das missões comuns, procedentes do Projeto Apostólico Comunitário da comunidade local ou das prioridades apostólicas emanadas das coordenações regionais, nacionais, mundiais, da Igreja... (planos diocesanos, colaborações solicitadas, etc.) corresponde aos companheiros responsáveis do governo (as assembléias de representantes, comitês locais, presidentes locais, coordenadores...), junto com os responsáveis eleitos para o desenvolvimento da tal missão, a responsabilidade de programar ajudas, meios e estruturas para que existam as condições efetivas que façam possível o envio recebido, seja de pessoas determinadas ou a grupos ou comissões concretas.

Portanto, para as missões comuns podem se estabelecer diferentes níveis para o acompanhamento e o cuidado com a missão na comunidade. As formas de acompanhamento correspondem a diferentes pessoas. Estes níveis de acompanhamento são: a comunidade em conjunto, que está sempre apoiando e rezando, e coordenações locais e regionais, presidentes, coordenadores e assessores, responsáveis por: (a) cuidar das linhas gerais da missão. (b) pela comunhão entre as diferentes comunidades e grupos de vida e com as demais estruturas locais e regionais e (c) determinar as prioridades apostólicas, definindo tarefas e ações a serem seguidas.

A Coordenação Regional é uma peça fundamental de acompanhamento para as missões pessoais, centradas na vida cotidiana de cada membro, discernidas e formuladas como envio. O assessor, o acompanhante espiritual, a comunidade de vida local, e quantas ferramentas devam ser disponibilizadas para um acompanhamento afetivo e efetivo, abertos a cobrir demandas de apoio que possam apresentar-se derivados da própria missão, como irmãos e companheiros que estão chamados a serem os membros da CVX.

COMO SE ACOMPANHA: MÉTODOS E FERRAMENTAS

A ação de acompanhar é posterior à ação de enviar, mas vai implícita no envio. É uma concretização do discernimento e do envio. Por isto, não se deve realizar o ato de envio se não se tem previsto como será o acompanhamento e os métodos e ferramentas necessárias para levá-lo a cabo. Quando se discerne uma missão, deve-se dedicar um tempo para também discernir como será o acompanhamento da pessoa enviada e da sua missão.

Ao se falar de Corpo Apostólico, fala-se da comunidade como o lugar onde se realiza a união dos ânimos, uma união que é dada pela missão e que se sobrepõe e inclui compartilhar as vivências e manter uma relação direta, com relativa periodicidade, alguns compromissos mútuos, reuniões, etc. Em razão disto, as ferramentas e instrumentos para acompanhar serão os que permitam “levar ao outro no coração”. Para que ocorra isto, para o acompanhamento, são elementos chave:

NO APOIO PESSOAL: A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO

Estar informado da vida do outro, conhecê-lo, saber das suas alegrias e tristezas, suas esperanças e motivações, suas missões pessoais, suas necessidades e desejos... Organização de encontros em pequenos grupos para temas que possam ser prudentes de serem levados à comunidade, ou a algumas pessoas concretas da comunidade, com as quais se têm mais confiança... É de vital importância o acompanhamento pessoal, regular e periódico com uma pessoa de reconhecida valia e formação para isto. Deve-se assegurar aos membros mais jovens a aprendizagem do exame diário.



NO APOIO DESDE A COMUNIDADE DE VIDA

- Partilhar o exame inaciano, as moções e diversos movimentos que o Espírito vai dispondo em cada um. Mediante esta partilha profunda, em atitude de escuta que provem da oração, é possível fazer-se um com o outro e viver juntos o chamamento do Senhor.
- Acolher e acompanhar as dificuldades concretas, necessidades pessoais, desânimos, perguntas, dando a cada membro o que necessita: conselho, ânimo, ajuda específica, confirmação, etc.
- Levar tudo isto para a oração, ter presentes os demais membros da comunidade e pedir (oração de petição que se faz ação) por eles, especialmente em determinados momentos.

NO APOIO DESDE A COMUNIDADE REGIONAL

- Organização de reuniões periódicas com o assistente da comunidade e encontros dos assessores com os comitês locais, para sentir o pulso da marcha da comunidade e dos seus membros.
- Celebrar em alguma ocasião importante uma Eucaristia com a única intenção de pedir pelo desenvolvimento da missão, já que é justamente na Eucaristia o lugar onde Cristo renova o chamado, nos convoca e nos envia.
- Efetuar rodadas de informações sobre a marcha da missão (por exemplo, “painéis apostólicos” para visualizar melhor a diversidade e a pluralidade dos campos apostólicos dos membros da comunidade, breves relato escrito no boletim local...).
- Organizar encontros lúdicos que possibilitem uma boa ocasião para partilhar e uma maior liberdade para expressar-se, o que permite conhecer os companheiros desde novas abordagens. Pode ser depois da celebração da Eucaristia ou em encontros de final de semana com a presença de toda a família.
- É importante também oferecer os meios para dar corpo a estruturas comunitárias de acompanhamento material (por exemplo: “cangurus” que são pessoas para ajudar no cuidado com a família, viagens, apoio econômico, etc.).

NO APOIO DESDE O NÍVEL NACIONAL

Criando estruturas apostólicas comuns através de coordenações, equipes apostólicas, etc., para que aconteça efetivamente a co-responsabilidade. Estes encontros terão periodicidades diferentes segundo os objetivos dos mesmos. Recomenda-se que sejam, no mínimo, semestrais. É recomendável igualmente que se organizem encontros temáticos, seminários, etc. (por exemplo: entre membros da mesma profissão, ou para famílias,...) para poder apoiar o trabalho cotidiano dos membros da comunidade.



AVALIAR

Trata-se de tomar consciência do que temos feito e vivido, como a confirmação do discernimento inicial. Supõe que cada um e a comunidade mantêm as atitudes para o discernimento. Avaliar é o quarto passo no processo do DEAA. Na realidade é lançar um olhar crítico (examinar) os três passos anteriores, olhar que contem uma tríplice pergunta: 1 – o quê? 2 – O como? e 3 – o porquê da missão a qual fui enviado?

Na avaliação, que é uma operação espiritual, se avalia uma missão apostólica, o que deve ser feito dentro de critérios evangélicos e não com critérios mundanos, pois a partir desses critérios a missão de Jesus é a de um fracassado. Trata-se de uma oração de observação e, portanto se requerem para ela todas aquelas disposições e atitudes próprias de uma oração de busca da vontade de Deus.

Ao avaliar nunca se deve perder a perspectiva principal: avalia-se nossa resposta à missão de Cristo, da qual nós somos servidores e não proprietários. A avaliação tem um referencial inicial e constante: o Princípio e Fundamento. O sentido fundante do Amor de Deus pelos seus filhos. O objeto da avaliação é a missão, ou seja, servir a Cristo, presente na história, que se faz corpo e sangue na nossa vida e na de todos os homens e mulheres, atuando através de nós todos.

A finalidade da avaliação é confirmar ou modificar esta missão. Permite “tomar a temperatura” das nossas ações apostólicas e é um meio para reordenar tanto as atitudes como as ações. A forma da avaliação é fundamentalmente o método do exame de consciência inaciano, sobretudo o exame da oração (EE77) e o exame geral (EE43). É preciso assinalar a importância do amor do Pai como ponto de partida, a fidelidade do Senhor, a presença permanente de um Deus inteiramente bom e generoso que se entrega. É desde aqui que nos olhamos, desde onde examinamos.

Os critérios de avaliação serão os mesmos que foram levados em conta no processo de Discernir: contemplação, compaixão, comunhão e competência. Também se deve considerar o Magis Inaciano das Constituições: mais universal, mais durável, mais necessário, mais multiplicador, mais humilde, mais esquecido dos outros.

PASSOS DA AVALIAÇÃO

PRIMEIRO PASSO: O ENVIADO.

“Examinarei como nelas me saí” (EE 77)

- Descrição da situação atual por parte do enviado.
- Tempo de escuta por parte da comunidade.
- Reações, pedidos de esclarecimentos.
- Percepção clara da realidade atual.

Este primeiro passo da avaliação pode se dar desde a perspectiva do enviado (de forma pessoal) e também desde a avaliação da comunidade local como agente, desde o projeto comunitário que o Senhor nos tem mostrado como corpo vivo, peregrino na missão. É um tempo de tomada de consciência da situação do Projeto Apostólico Comunitário.

SEGUNDO PASSO: AGRADECIMENTO.

“E se bem, darei graças a Deus nosso Senhor” (EE77). “O primeiro ponto é dar graças a Deus nosso Senhor por todos os benefícios recebidos” (EE43).

- Nomear pessoas, sentimentos, momentos...
- Comunicar o fruto recebido.
- Comunicar as dificuldades, superadas ou não.

Cada um é enviado em missão como corpo apostólico. O pressuposto é o reconhecimento que a obra é de Nosso Senhor. Este é o momento de dar graças, de ter presentes os destinatários, os companheiros envolvidos no trabalho... Aqui se traz à memória os fracassos e dificuldades no processo. O que tem faltado no processo? Temos sido capazes de responder às necessidades concretas que se nos foram apresentadas?...



TERCEIRO PASSO: CONFIRMAÇÃO.

Caso tudo caminhe bem, ou esteja a caminho de ir bem, mesmo com todos os custos inevitáveis do Reino, entre os quais se inclui a cruz, é este o momento de confirmar. Esta confirmação se dá na mesma vida, na missão. E ao avaliar o Projeto Apostólico Comunitário, acontece da mesma forma, mas para poder tomar consciência deste passo é necessário um acompanhamento conjunto do trabalho, marcar um tempo em que se possa rezar e ver se realmente estamos caminhando segundo o que foi discernido e decidido, segundo o que foi projetado inicialmente.

QUARTO PASSO: O QUE NÃO FOI BOM.

“E, se mal, indagarei a causa” (EE77). “O segundo ponto é pedir graças para conhecer os pecados e rejeitá-los” (EE43)

Talvez não tenha sido acertada a eleição feita. Ou houve falhas no processo de discernimento, ou nos apoios, meios e recursos, tanto materiais como espirituais e pessoais, ou a confiança em Deus. Neste passo, na realidade, é quando se têm que fazer presentes os passos anteriores.

O quarto passo consiste em pedir perdão a Deus nosso Senhor pelas faltas. Aqui se deve deixar um tempo para reconhecer as dificuldades, possíveis causas das falhas ou respostas que não eram esperadas, etc. Uma vez refletidos estes aspectos, fazer o pedido de perdão. O sentido é romper com o passado e dar um novo sentido de esperança e desejo de mudança.

QUINTO PASSO: EMENDA E MELHORAMENTOS A INTRODUIZIR.

“O quinto passo é propor emendar-se com a sua graça (EE 43). “E depois de a descobrir, me arrependerei, para me corrigir no futuro (EE77).

Assim como sob a luz do segundo passo poderia dar-se também o terceiro que é a confirmação assim, neste quinto passo à luz do quarto, poderia ser manter ou modificar a missão. Trata-se aqui de buscar e fazer as emendas convenientes, ou as retificações precisas, ou pode também acontecer de ter-se que abandonar esta missão.

SEXTO PASSO: ORAÇÃO.

A avaliação há de terminar sempre com uma oração, colocando nas mãos de Deus o resultado da mesma.



MODO DE PROCEDER

Na dinâmica do DEAA, que pretende ir mais além de ser um simples método, é importante considerar todo o processo, a colocação em prática, segundo os objetivos traçados e desde a perspectiva dos agentes e destinatários, desde a co-responsabilidade apostólica de um corpo que tem discernido e tem sido enviado, colocando os meios para dar o necessário apoio.

A colocação em prática deverá prever espaço e tempo para uma revisão regular das etapas do Projeto Apostólico de cada comunidade. Avalia-se nas reuniões de grupo, nas Regionais, nos grupos de assessores e nas equipes de trabalho encarregadas de levar a cabo uma missão comunitária. Como sugestão, não se deve deixar passar um ano sem dedicar um bom espaço para a avaliação comunitária, equipes de assessores, Regionais, Nacional, etc.

É preciso que se dedique um tempo – com certa periodicidade – para avaliar como se está vivendo o DEAA na comunidade. Cada um desde a responsabilidade que lhe tenha sido encomendada na missão: vida espiritual, organização e implementação do Projeto Apostólico, aprofundamento nas ferramentas inacianas, etc. As Assembléias são, sem sombras de dúvidas, o espaço chave de avaliação, mas não o único. No Projeto 125, sugerem-se perguntas para nos colocarmos em relação aos nossos projetos apostólicos e a nossa vivência do DEAA em comunidade:

- Quando e como temos praticado o discernimento apostólico no grupo? E na comunidade mais ampla? (Formas estruturadas, semi-estruturadas ou menos estruturadas, porém na linha do discernimento apostólico).
- Que formas de envio ou confirmação temos praticado no grupo? E, na comunidade mais ampla? (igualmente considerem-se as formas reais praticadas, e como poderiam ser melhoradas).
- Como e quando experimentamos o apoio, sustentação ou estímulo permanente do grupo (e/ou da comunidade mais ampla) em relação ao nosso trabalho apostólico?
- Como o grupo (e/ou a comunidade mais ampla) nos tem ajudado a recolher, valorizar e projetar nossa ação apostólica?

Para finalizar, lembramos que a avaliação não tem sentido algum se não se toma cuidado com a pedagogia inaciana de estar sempre em discernimento, atentos aos acontecimentos, às pessoas, aos gritos constantes da vida, que nos interpela constantemente e nos faz cair em conta do quão limitados nós somos, como também do milagre que vivemos de sermos enviados por Deus, seguindo a Jesus pobre e humilde.

São os destinatários o centro e a razão de ser da missão. Por isso, é preciso estar sempre atentos às necessidades e chamadas que são recebidas por cada pessoa e comunidade: Não se trata de saber o que vamos fazer, mas sim o que o Senhor nos pede que seja feito.